



AGENDA²⁰₃₀ CAMPO GRANDE

Fórum Socioambiental
da Zona Oeste



INSTITUTO PERIFÉRICO
Waldir Onofre

CASA



FLUMINENSE

FICHA TÉCNICA

Agenda CG2030 é uma Construção coletiva de propostas de políticas públicas para a região de Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro. É uma realização conjunta de coletivos, voluntários e movimentos sociais, mobilizados pelo Fórum Socioambiental da Zona Oeste, Instituto Periférico Waldir Onofre e viabilizada por apoio da Casa Fluminense.

Organizadores:

Edivan de O. Fulgencio,
Ingrid Nascimento,
Thiago Mathias

Autores

Introdução:

Edivan de O. Fulgencio, Patrick Araujo, Ingrid Nascimento,
Cica Kaline Cruz Rosa, Gabriel Stive

Eixo Justiça Climática:

Gabriel Stive, Taiane de Souza Pereira

Eixo Educação Popular:

Patrick Araujo, Maria Clara Monteiro, Teresa Amália Lima,
Jane Rose Silva, Ingrid Nascimento, Mariana Beltrami e Renan Rangel Moraes

Eixo Política Cultural:

Thiago Mathias, Jéssica Oliveira, Arícia Alves, Silvia Fernandes

Eixo Mobilidade Urbana:

Cica Kaline Cruz Rosa, Edivan de O. Fulgencio, Edson de Lima Castilho Gouvêa

Conclusão:

Edivan de O. Fulgencio,

Cartografia Social:

Cica Kaline Cruz Rosa, Edson de Lima Castilho Gouvêa

Revisão:

Paola Campos de Oliveira Lima
Vitor Dias Mihessen
Beta Nunes
Edivan de O. Fulgencio
Ingrid Nascimento
Thiago Mathias

Designer Gráfico e Diagramação:

Felipe Pinheiro

Apoio para impressão:

Instituto Clima e Sociedade (ICS)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Agenda Campo Grande 2030 / Agenda Campo Grande
2030 ; organização Edivan de O. Fulgencio,
Ingrid Nascimento, Thiago Mathias.
-- Rio de Janeiro : Associação Casa Fluminense,
2024. -- (Agendas locais 2030)

Vários colaboradores
ISBN 978-65-997879-6-6

1. Agenda 2030 para desenvolvimento sustentável
2. Bairros - Rio de Janeiro (RJ) 3. Democracia
4. Mobilidade urbana 5. Políticas públicas 6. Rio de
Janeiro (Cidade) - Condições sociais I. Fulgencio,
Edivan de O. II. Nascimento, Ingrid. III. Mathias,
Thiago.

24-208388

CDD-304.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Agenda 2030 : Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável : Política ambiental 304.2

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

06

EIXO
JUSTIÇA
CLIMÁTICA

16

EIXO
EDUCAÇÃO
POPULAR

28

EIXO
POLÍTICA
CULTURAL

36

EIXO
MOBILIDADE
URBANA

48

CONCLUSÃO

55

Fórum Socioambiental
da Zona Oeste



INSTITUTO PERIFÉRICO
Waldir Onofre



CASA
FLUMINENSE

INTRODUÇÃO

Em 2023, saímos de uma pandemia esperançosos com a retomada das práticas democráticas após o resultado das eleições de 2022, porém atentos ao legado de medo, destruição de políticas públicas de proteção aos mais vulneráveis e ao meio ambiente. É neste contexto que o Fórum Socioambiental da Zona Oeste e o Instituto Periférico Waldir Onofre, se uniram para mobilizar instituições da sociedade civil local, para juntos pensarmos em possibilidades para o bairro mais populoso da metrópole, iniciando a construção da Agenda Campo Grande 2030, ou Agenda CG 2030.

Nossa Agenda CG 2030 projeta a esperança de um bairro mais justo e mais solidário. Acreditamos que as vitórias e alianças que a Agenda CG 2030 pode trazer para o bairro, possa servir de modelo para outras regiões da cidade.

“A ideia é que a partir da Agenda a gente traga as pessoas para discutir seus problemas, cobrar entes públicos, mas também se entenderem como sujeitos capazes de transformar as suas realidades locais”,

Edivan Fulgencio, em entrevista para a Casa Fluminense (2023).



Reunião dos GTs de construção da Agenda CG2030



CAMPO GRANDE, DINÂMICA RURAL-URBANO, EM CURSO

Para construir o que hoje chamamos de Campo Grande, é necessário contextualizar historicamente a ocupação humana dessa região. Desde o registro dos primeiros indígenas Tupi-Guarani em Guaratiba (encontrados nos sítios sambaquis do Zé do Espinho e Embratel) datado a cerca de 2.000 anos, iniciando uma dinâmica transformação de espaço predominante rural até se tornar o espaço urbano configurado como o bairro mais populoso do Brasil.

O nome Campo Grande neste território tem seus primeiros indícios no período colonial, quando uma grande extensão territorial da Zona Oeste foi chamada de Freguesia de Campo Grande.

As fronteiras desse território se estendiam da Serra do Gericinó (hoje conhecida como Serra do Mendanha) ao norte, até a Serra de Bangu, estendendo-se até Jacarepaguá, e indo até o Oeste pela planície de Sepetiba, que também era referida como o Campus de Santa Cruz. Essa região também foi chamada de Sertão Carioca e podemos selecionar uma série de bairros que faziam parte dessa delimitação da Freguesia de Campo Grande, tais como: Realengo, Bangu, Santíssimo, Augusto Vasconcelos, Inhoaíba, Cosmos, entre outros.

As dinâmicas econômicas e sociais desse período se davam pela exploração da terra a partir do trabalho escravizado das pessoas vindas de África para trabalhar nas fazendas rurais de café e principalmente da laranja.

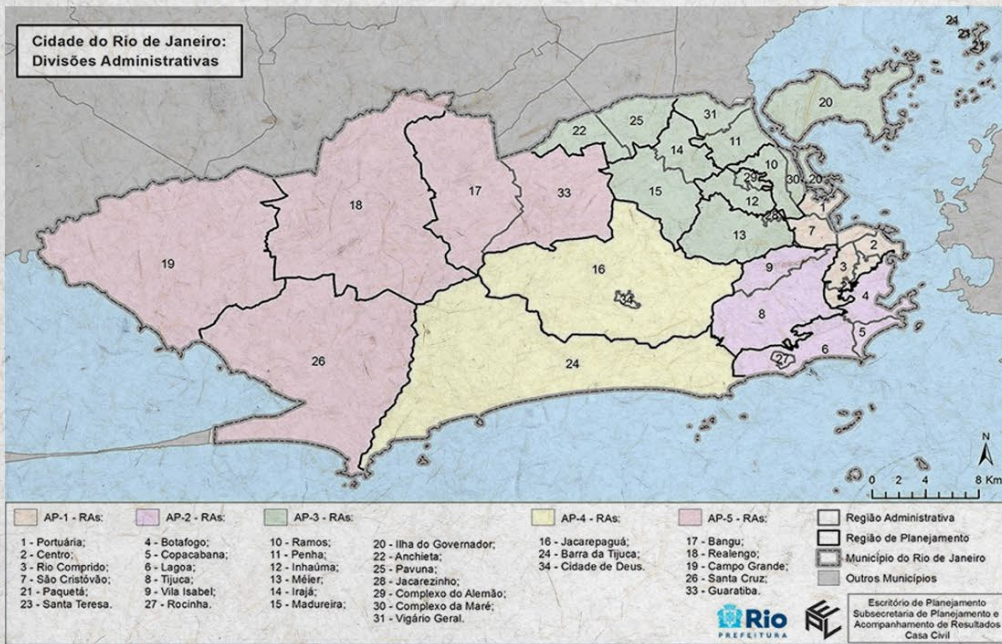
FREGUESIAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO EM 1850



FONTE: SILVA-SANTOS, KAIRO ET AL., 2013, 1

E até os dias atuais as Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas da Cidade do Rio de Janeiro se assemelham aos mapas coloniais das Freguesias do Rio de Janeiro, a semelhança fica maior ainda no caso da Freguesia de Campo Grande e AP5.

ÁREAS DE PLANEJAMENTO AP DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

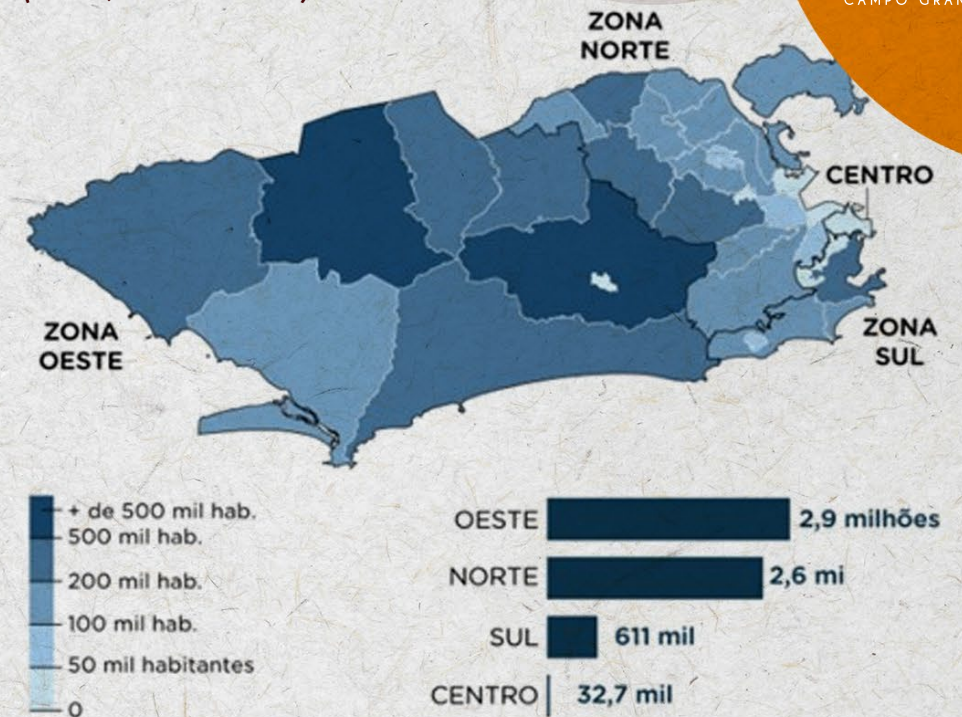


DISPONÍVEL EM: [HTTPS://PDS-PCRJ.HUB.ARCGIS.COM/PAGES/UNIDADES](https://pds-pcrj.hub.arcgis.com/pages/unidades). ACESSO 16.ABR.2024

Essa passagem gradual, de um espaço predominantemente rural para um espaço cada vez mais urbano, se observa principalmente a partir da década de 1960. Transformação territorial, com as diferentes alterações nas interações sociais decorrentes. Porém, as devidas contrapartidas em transformações na infraestrutura as quais suportam estas mudanças no padrão espacial da região não aconteceram.

Fonte: Nexo Jornal - <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2024/03/21/rio-de-janeiro-populacao-zona-oeste-zona-mais-populosa>, acesso em 22.mar.2024

POPULAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO POR SUBDISTRITO E ZONA (IBGE, CENSO 2022).



Fonte: Nexo Jornal e Censo 2022 (IBGE)

Campo Grande configura-se como um Centro de Periferia, e como uma RA (Região Administrativa). RA's são demarcações territoriais essenciais para a gestão e administração, estabelecidas pelo Estado e tem como propósito facilitar a organização e gerenciamento das atividades administrativas.

Essas divisões desempenham um papel crucial na coordenação e planejamento dos serviços públicos, envolvendo áreas como saúde, segurança, transporte, educação e infraestrutura. Além disso, as RA's servem como unidades de análise estatística, fomentando pesquisas e contribuindo para o desenvolvimento regional.

REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. XVIII RA CAMPO GRANDE EM DESTAQUE.



Fonte: Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, IPP.
Disponível em: <https://pt.riomap360.com/mapa-bairros-rio-de-janeiro>, acesso em 02.fev.2020

REGIÃO ADMINISTRATIVA XVIII RA CAMPO GRANDE EM DESTAQUE E APROXIMAÇÃO.



Adaptado de Data Rio
(Cica Kaline, por software QGIS, 2024).

Campo Grande é uma Região distante cerca de 50km do centro do Rio de Janeiro e configura-se como um região centro de periferia que viveu nas últimas décadas dois importantes fenômenos distintos, cuja consequência foi a reconfiguração do espaço geográfico e dos territórios ali estabelecidos. A dinâmica transformação do espaço outrora rural em urbano e como consequência desta transformação espacial, ocorre um segundo fenômeno na região analisada: uma expansão demográfica, transformando Campo Grande no bairro mais populoso do Brasil. Vide a tabela abaixo.

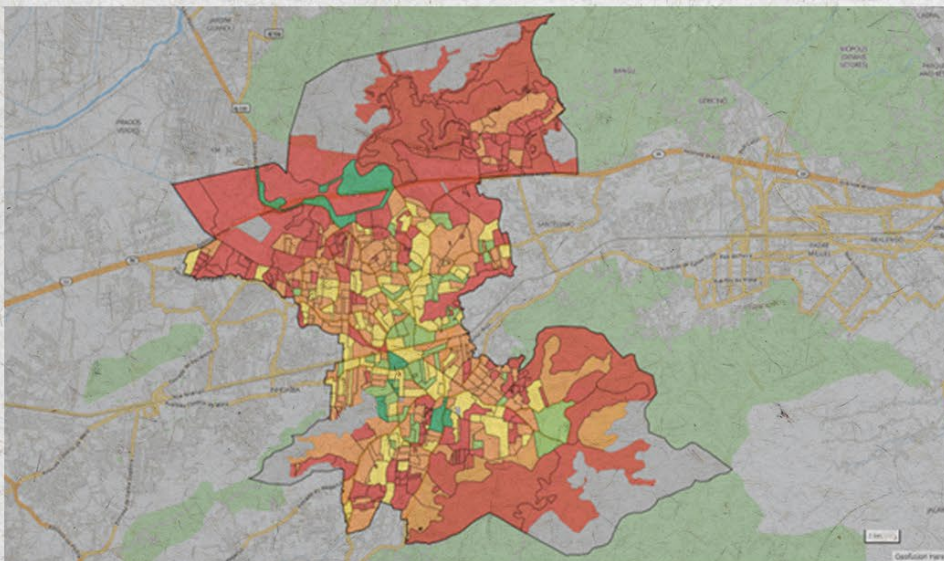
BAIRROS MAIS POPULOSOS DO BRASIL, CENSO 2022

BAIRRO	POPULAÇÃO
CAMPO GRANDE - RIO DE JANEIRO (RJ)	367160
SANTA CRUZ - RIO DE JANEIRO (RJ)	238932
COCAIA – SÃO PAULO (SP)	218789
BANGU - RIO DE JANEIRO (RJ)	216942
JACAREPAGUÁ – RIO DE JANEIRO (RJ)	214674
CIDADE ARISTON (COHAB) – CARAPICUÍBA (SP)	207208
COPACABANA - RIO DE JANEIRO (RJ)	206791
CIDADE TIRADENTES – SÃO PAULO (SP)	200860
BARRA DA TIJUCA - RIO DE JANEIRO (RJ)	199426
TIJUCA - RIO DE JANEIRO (RJ)	180038

- **Faixa etária:** A faixa etária mais presente está entre 35 a 49 anos, representando 26,24% da população do bairro.
- **Gênero:** As mulheres são maioria, com um total de 197.902 habitantes do gênero feminino, representando 53,90% dos habitantes.
- **Faixa de renda domiciliar:** A renda domiciliar mensal mais presente é a B2 (de R\$ 4.458 a R\$ 8.255), sendo 22,3% da renda média total do bairro.
- **Nível de instrução:** A maior parte dos residentes do bairro não possui instrução e não têm o ensino fundamental completo, representando 38,11%. No segundo lugar está a população com ensino médio completo e superior incompleto, representando 34,64%.
- **Domicílios:** A grande maioria da população do bairro vive em casas (84,69%) e a maior parte das pessoas mora em domicílios com 3 moradores (26,03%).

Fonte: Site Geofusion.com.br, considerando informações das fontes: Censo 2022 – PNAD e Projeções Geofusion, Censo 2010, IBGE e Ministério do Trabalho, além de estimativas populacionais do IBGE.
Disponível em <https://geofusion.com.br/blog/bairros-mais-populosos-dó-brasil/>

RENDA MÉDIA POR SETORES CENSITÁRIOS, CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO, RJ - 2022



MENOR RENDA

MAIOR RENDA

Fonte: (Geofusion, adaptado de: PNAD, IBGE, Censo 2022)

Como consequência deste crescimento populacional e reconfiguração regional, problemas de ordem econômica e social característicos destes processos geraram novos atores sociais, tendo como territórios de expansão de suas redes os bairros populares de origem rural, agora transformados em aglomerados de exclusão, tornando a região de Campo Grande um território em rede, com uma área central - o centro do bairro de Campo Grande - rodeado de periferias e suas zonas centrais, como os bairros componentes da Região Administrativa XVIII do município do Rio de Janeiro, seus sub bairros e periferias.

Com isso, surgem conflitos sociais e urbanos decorrentes dessa expansão ainda em curso, sem os devidos cuidados de contrapartidas em infraestrutura e serviços por parte do poder público, nas esferas federal, estadual ou municipal.

Renda média por setores censitários, no bairro Campo Grande, no Rio de Janeiro - RJ, onde as regiões em verde representam maior renda, e as regiões em vermelho, menor.

Fonte: Geofusion, disponível em: <https://geofusion.com.br/blog/bairros-mais-populosos-do-brasil/>. Acesso em 25.mar.2024

Neste contexto, os coletivos vão se apresentar para estes segmentos sociais como alternativa de mobilização e resistência popular, atuando e lutando em espaços muitas vezes negligenciados pelo poder público. Apresentam-se ainda, como resposta à falta de políticas públicas voltadas para os problemas acarretados pela transformação espacial e ocupação territorial desordenada e geradora de conflitos: **mobilidade urbana, saúde, educação, cultura, lazer, questões de gênero, raça e etc.**

A Agenda CG 2030, pretende unir estes coletivos e movimentos para construirmos juntos políticas públicas para regiões atravessadas por diversas desigualdades socioeconômicas. É a sociedade civil pensando e criando soluções para o próprio território, tendo como recortes os eixos:

- **EDUCAÇÃO POPULAR**
- **MOBILIDADE URBANA**
- **POLÍTICA CULTURAL**
- **JUSTIÇA CLIMÁTICA**

**BORA CONSTRUIR
CAMPO GRANDE
COM A NOSSA CARA**

Ingrid Nascimento

Instituto Periférico Waldir Onofre ganha o Prêmio Arte em Movimento.



EIXO JUSTIÇA CLIMÁTICA

EMERGÊNCIA CLIMÁTICA, PROTEÇÃO DE ÁREAS VERDES E SEGURANÇA ALIMENTAR

A busca pela justiça climática é uma das pautas mais urgentes e importantes da atualidade. Apesar da recente utilização do conceito, a “Justiça Climática” abrange uma série de pautas e lutas históricas dentro das demandas socioambientais, reivindicando os direitos humanos frente às consequências dos desastres ambientais. Enquanto os impactos das mudanças climáticas se intensificam, é fundamental reconhecer que as consequências não são distribuídas de forma igualitária, havendo uma desproporcionalidade entre populações com maior poder aquisitivo e sua resiliência climática. Em outras palavras, a intensidade das consequências climáticas é maior para países e populações mais pobres. Nas periferias urbanas, a população enfrenta uma carga desproporcional de consequências ambientais adversas, aumentando as disparidades sociais já existentes. A justiça climática surge como um conceito que direciona a necessidade de atenção das demandas sociais e ambientais em um contexto de emergência climática.

2 FOME ZERO
E AGRICULTURA
SUSTENTÁVEL



3 SAÚDE E
BEM-ESTAR



6 ÁGUA POTÁVEL
E SANEAMENTO



10 REDUÇÃO DAS
DESIGUALDADES



11 CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS



12 CONSUMO E
PRODUÇÃO
RESPONSÁVEIS



14 VIDA NA
ÁGUA



15 VIDA
TERRESTRE



EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Nos últimos anos, testemunhamos um aumento alarmante nos extremos climáticos em todo o mundo, algo esperado, que a ciência tem notificado há algumas décadas. Cada vez mais é possível observar e sentir as consequências das mudanças climáticas globais, que, em alguns casos, provoca danos irreversíveis à vida. Os dados demonstram: Não há mais tempo a perder. Estamos vivendo uma Emergência Climática. E vidas estão em jogo.

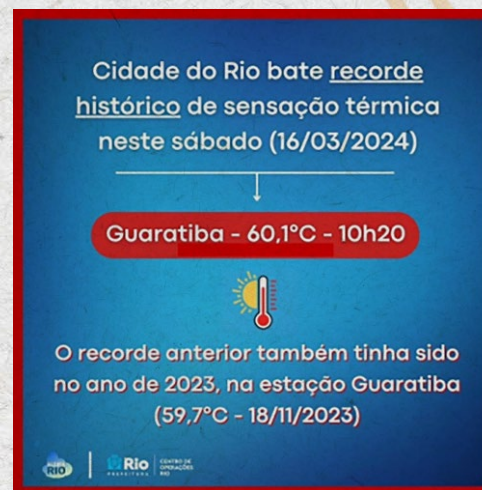
Anualmente, o bairro de Campo Grande vem apresentando eventos climáticos adversos que afetam de múltiplas formas a qualidade de vida dos moradores. Diversos pontos de alagamentos são encontrados pelo bairro, expressando uma drástica deficiência na drenagem urbana que impacta a vida da população, afetando especialmente a locomoção dos habitantes. Enchentes ocorrem em áreas próximas a rios e canais, impactando violentamente a população do entorno.

A Ansiedade Climática expressa uma preocupação frequente na saúde mental dos moradores de Campo Grande. A possibilidade de chuva implica em um estado de alerta para grande parte da população. No bairro, um dos maiores exemplos dos impactos da Emergência Climática está na Favela da Carobinha, que periodicamente sofre com enchentes abruptas que ocasionam danos à saúde mental e física, além da perda total ou parcial dos bens materiais dos moradores.

IMPACTOS NA SAÚDE HUMANA

Outra doença de veiculação hídrica, a Leptospirose, também apresenta um histórico de ocorrência na Zona Oeste da cidade, sendo Guaratiba e Campo Grande apontados como bairros de grande incidência.

Com o aumento da temperatura do planeta, e a alteração dos processos hidrológicos e climáticos, poderá acarretar em uma elevada quantidade de chuvas, provocando aumento de enchentes e bolsões de água nos bairros, consequentemente, propiciando a proliferação de doenças zoonóticas recorrentes na região.



Doenças relacionadas ao aumento da temperatura e a qualidade do ar, como algumas doenças respiratórias e cardiovasculares, também merecem a devida atenção e análise nos espaços urbanos. Nos últimos anos, a Zona Oeste da cidade vem superando os recordes de temperatura e sensação térmica para o município, de forma que o desconforto térmico implica em elevados riscos, especialmente à saúde das populações periféricas e faveladas.

PROPOSTAS

1- Investir na infraestrutura urbana, saneamento básico e escoamento hídrico.

Visando mitigar as consequências dos extremos climáticos no bairro, faz-se necessário maior investimento na infraestrutura urbana de resiliência climática.

2- Monitorar os casos epidemiológicos e cardiovasculares relativos aos efeitos dos extremos climáticos.

Visando fomentar políticas públicas territoriais.

3- Mapear e sanear os pontos de alagamentos.

Visando mitigar os transtornos às comunidades.

4- Criar canais de transparência dos dados:

Qualidade do ar, ondas de calor, emissões de siderúrgicas na cidade, dividido por zonas ou bairros.

ARIE Floresta da Posse, vista a partir do centro de Campo Grande. Ao centro, Rodoviária de Campo Grande e ao fundo Hotel Hotelon

PROTEÇÃO DE ÁREAS VERDES

A Região Administrativa de Campo Grande originalmente apresentava 3 tipos de vegetação (fitofisionomias) de Mata Atlântica, sendo elas: Floresta Ombrófila Densa (FOD) de Terras Baixas, FOD Submontana e FOD Montana. Destas, apenas a vegetação Submontana e Montana resistiram à expansão urbana por justamente ocupar as encostas de morros e maciços que circundam a região, enquanto a floresta de Terras Baixas que, como o nome sugere, ocupava as áreas de baixa altitude, foi majoritariamente dizimada.

Como testemunho atual da resiliência de áreas verdes, a Região Administrativa de Campo Grande abrange 7 grandes Unidades de Conservação; três municipais e quatro estaduais, considerando as sobreposições, sendo elas: **1- Parque Estadual do Mendanha; 2- Área de Proteção Ambiental (APA) Gericinó-Mendanha; 3- Parque Estadual da Pedra Branca; 4- Área de Proteção Ambiental da Pedra Branca; 5- Parque Natural Municipal do Mendanha; 6- Área de Proteção Ambiental da Serra de Inhoáiba, Cantagalo e Santa Eugênia e a 7- Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Floresta da Posse.** Destas, a ARIE Floresta da Posse é a única integralmente inserida no território da região administrativa de Campo Grande, sendo um importante conectivo ambiental entre os maciços do Mendanha e da Pedra Branca, fornecendo inúmeros serviços ecossistêmicos para a região central.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO LIMÍTROFES DE CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO - RJ



A preservação de áreas verdes, em especial, das unidades de conservação do território, possuem implicações diretas na manutenção dos recursos hídricos que abastecem e permeiam nossa cidade. Em Campo Grande, como exemplos: o Canal do Melo que nasce na ARIE Floresta da Posse, desemboca nos rios Campinho e Guandu Mirim. Os rios Cantagalo e Papagaio nascem na APA da Serra de Inhoáiba, Cantagalo e Santa Eugênia. Os rios Guandu Sapê e Guandu do Sena, que nascem no Parque Estadual do Mendanha e, em seu trajeto, transforma-se no Rio Guandu Mirim, que se reparte em sub-rios e córregos, como os Rio Campinho, Rio do A e o Rio de Prata do Mendanha. Já os rios Cabuçu, Lameirão e dos Caboclos, apresentam suas origens nas nascentes do Parque Estadual da Pedra Branca e deságuam nos manguezais da Baía de Sepetiba através do Rio Piraquê. De tal forma, a proteção desses remanescentes hídricos implica diretamente na qualidade de vida urbana e nas demais formas de vida na terra e na água.

A especulação imobiliária atrelada aos chamados governos paralelos são problemas enfáticos na preservação das unidades de conservação da Zona Oeste do Rio de Janeiro. De acordo com dados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima, entre 2019 e 2021, a narcomilícia desmatou cerca de 497 hectares de florestas na Zona Oeste da cidade, sendo Campo Grande o bairro mais afetado com 116 hectares desmatados. Os dados gerais de desflorestamento, correspondem à perda de quase três ARIE Floresta da Posse.



Luta de coletivo de moradores pela implantação de Unidade de Conservação em Urucânia.

PROPOSTAS

1- Reflorestar integralmente e cobrar a manutenção dos remanescentes florestais e corpos hídricos das áreas verdes que permeiam a região administrativa de Campo Grande:

Visando a mitigação das consequências das mudanças climáticas, conforto térmico urbano, manutenção dos recursos hídricos e conservação da Biodiversidade.

2- Implementar e acompanhar dos planos de manejo das unidades de conservação da região administrativa de Campo Grande.

Visando a gestão estratégica e ordenada das unidades de conservação da região.

PROPOSTAS

- 1- Fortalecer a rede agroecológica da região.
- 2- Regulamentar o Casarão Agroecológico, como um dos Ecomuseus voltados à cultura agroecológica local, visando o fomento de ações coletivas e institucionais.
- 3- Fortalecer o movimento cultural do Tira Caqui, no Rio da Prata de Campo Grande.
- 4- Buscar a isenção do IPTU para terrenos com produção agrícola familiar, e inscrição dos imóveis no Imposto Territorial Rural (ITR).

EIXO EDUCAÇÃO POPULAR

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES



ACESSIBILIDADE, PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

Educar tendo em vista os direitos humanos é buscar soluções exequíveis para a:

[...] FORMAÇÃO DE NOVA MENTALIDADE COLETIVA PARA O EXERCÍCIO DA SOLIDARIEDADE, DO RESPEITO ÀS DIVERSIDADES E DA TOLERÂNCIA. COMO PROCESSO SISTEMÁTICO E MULTIDIMENSIONAL QUE ORIENTA A FORMAÇÃO DO SUJEITO DE DIREITOS, SEU OBJETIVO É COMBATER O PRECONCEITO, A DISCRIMINAÇÃO E A VIOLÊNCIA, PROMOVENDO A ADOÇÃO DE NOVOS VALORES DE LIBERDADE, JUSTIÇA E IGUALDADE. (BRASIL, 2010, P. 185).

Referências Bibliográficas do Eixo:

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015.
BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. Brasília, DF, 2010.
MAZERA ET. AL. Política de acesso, acessibilidade e inclusão educacional da pessoa com deficiência: revisão integrativa. Revista Enfermagem UERJ, v. 29, n. 1, p.e55486, 2021
RIO DE JANEIRO. Lei Nº 7329 de 8 de julho de 2016. Institui, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a Lei de Diretrizes para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

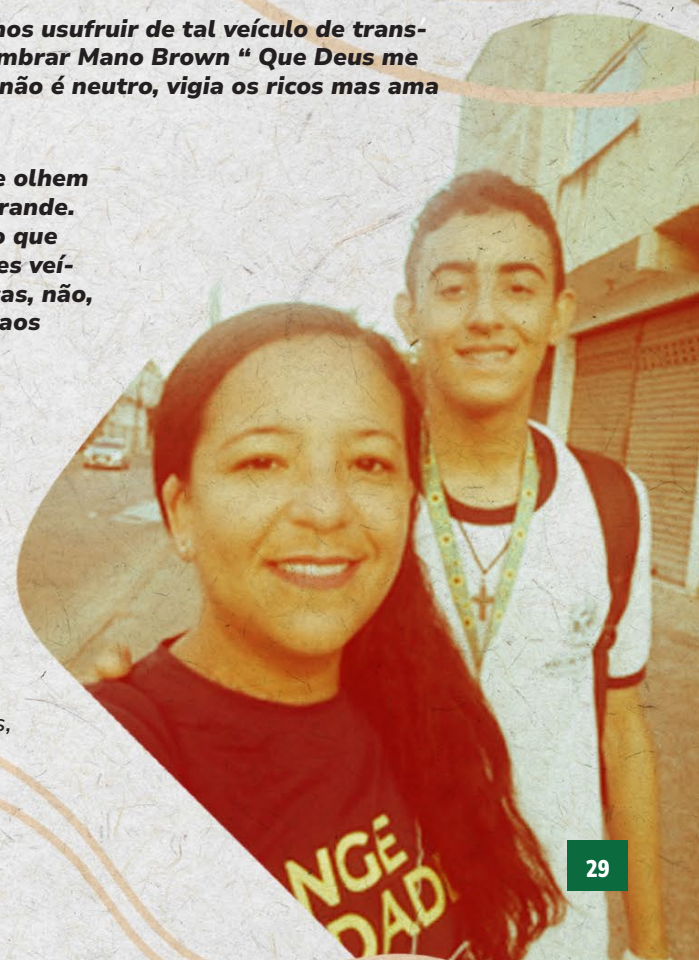
ACESSIBILIDADE

“O uso capitalista dos meios de transporte, configura como uma violação do direito de ir e vir a um trabalhador. As condições estruturais de grande parte dos coletivos que circulam em nossa região estão num estado deplorável.

E como constante precisamos usufruir de tal veículo de transporte, faz-se necessário lembrar Mano Brown “ Que Deus me guarde pois eu sei que ele não é neutro, vigia os ricos mas ama os que vem do gueto”.

Precisamos de pessoas que olhem com respeito por Campo Grande. É com profunda indignação que diariamente embarco nesses veículos. Dizer que são carroças, não, não! Seria até uma ofensa aos carroceiros.”

Teresa Amália – Mãe solo, moradora do Rio da Prata e seu filho autista, Gabriel. Luta diária por educação acessível para o filho atravessada pelas questões do transporte digno para trabalho, terapias, estudo e as multifunções da mulher na periferia.



Pensar numa educação para todos é projetar acesso e acessibilidade nas escolas, sejam elas do âmbito municipal, estadual ou das escolas particulares conforme garantem as leis: nº 7329 de 8 de julho 2016, que institui no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a lei de diretrizes para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida; e a lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), designada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para as pessoas com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania. É importante ressaltarmos o artigo 27 do capítulo IV da Lei 13.146, de 6 de Julho de 2015 que afirma:

“A EDUCAÇÃO CONSTITUI DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, ASSEGURADOS SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO EM TODOS OS NÍVEIS E APRENDIZADO AO LONGO DE TODA A VIDA, DE FORMA A ALCANÇAR O MÁXIMO DESENVOLVIMENTO POSSÍVEL DE SEUS TALENTOS E HABILIDADES FÍSICAS, SENSORIAIS, INTELECTUAIS E SOCIAIS, SEGUNDO SUAS CARACTERÍSTICAS, INTERESSES E NECESSIDADES DE APRENDIZAGEM.”
(BRASIL, 2015)

Acreditamos que num primeiro momento, é importante que conheçamos os conceitos de acesso e a acessibilidade à educação e às escolas para lutarmos pela garantia e implementação de políticas públicas que assegurem o direito à educação e aprendizado da pessoa com deficiência. Por serem conceitos complexos, muita vezes acesso e acessibilidade podem ser confundidos, como afirma Mazera et.al 2021 com base em Manzini(2008):

“ACESSO E ACESSIBILIDADE SÃO CONCEITOS QUE SE CONFUNDEM. O ACESSO SE REFERE À IDEIA DE CRIAR CONDIÇÕES LEGAIS E DE DIREITOS IGUALITÁRIOS, E A ACESSIBILIDADE COMO AÇÕES COTIDIANAS E CONCRETAS QUE OFERECEM OPORTUNIDADE ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE USUFRUÍREM OS MESMOS RECURSOS OFERECIDOS AOS DEMAIS.” (MANZINI EJ, 2008 APUD. MAZERA ET.AL, 2021)

Com isso, entendemos que acesso e acessibilidade são demandas que andam juntas e precisam ser debatidas em conjunto considerando suas especificidades. Assim, investigamos de maneira simultânea: em que medida o acesso tem produzido efeitos nos processos de aprendizagem de todos os alunos; e de que forma as diretrizes de acessibilidade têm sido implementadas nas escolas campo-grandenses e como impactam na aprendizagem de alunos com deficiência.

A partir destes questionamentos foram levantadas questões emergentes relacionadas a:

- **DIFICULDADES DE ACESSO ÀS ESCOLAS POR DÉFICIT DE LINHAS/TRAJETOS DE ÔNIBUS;**
- **AUSÊNCIAS DE SEGURANÇA NO ENTORNO DAS ESCOLAS PARA OS ALUNOS E FAMILIARES;**
- **RESTRITO NÚMERO DE ESCOLAS QUE GARANTAM ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.**

No que cabe à acessibilidade, estas problemáticas citadas acima podem ser observadas na pesquisa encontrada no portal “SEEDUC em números” que apresenta dados gerais da Metropolitana IV que abrange os bairros de Bangu, Barra de Guaratiba, Campo Grande, Campo dos Afonsos, Cosmos, Gericinó, Guaratiba, Honório Gurgel, Inhoaíba, Itaguaí, Magalhães Bastos, Paciência, Padre Miguel, Pedra de Guaratiba, Realengo, Ricardo de Albuquerque, Santa Cruz, Santíssimo, Senador Camará, Senador Vasconcelos, Sepetiba, Seropédica. Os dados mostram que as turmas de educação especial representam 0,93% enquanto as de Ensino Médio representam 84,58% e as eletivas representam 14,19%. Outra estimativa importante é a relacionada à infraestrutura das escolas da

Metropolitana IV, nesta investigação pudemos observar que há 16 salas de recursos, 7 salas multiuso, 75 banheiros para pessoas com deficiência (PCD's) e um total de 1664 salas. Vale lembrar que este número de salas de recursos e de salas multiuso estão dispostas em todos os bairros compreendidos na Metropolitana IV, bairros estes muito populosos, o que demonstra como a precariedade da acessibilidade nas escolas é uma demanda para as escolas da Metropolitana IV, e conseqüentemente de Campo Grande.

MAS O QUE É SALA DE RECURSOS?

As Salas de Recursos são espaços na escola reservados para o desenvolvimento de atendimentos educacionais especializados. Estas salas são equipadas com recursos multifuncionais, mobiliários específicos e materiais didáticos e pedagógicos especializados. Conforme o MEC (2010):

“O PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DISPONIBILIZA EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIOS, MATERIAIS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS PARA A ORGANIZAÇÃO DAS SALAS E A OFERTA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE.” (MEC, 2010, P.11)

Ainda falando sobre a acessibilidade, em pesquisa sobre os dados da SME (Secretaria Municipal de Educação) podemos observar que na 9ª CRE (Centro de Referência em Educação Mario Covas), a região que compreende os bairros de Inhoaíba, Cosmos, Santíssimo, Campo Grande e Senador Vasconcelos, há 59 unidades de educação infantil - atendimento exclusivo e 1 unidade de educação especial exclusiva.

PROPOSTAS

1. **Melhorar a infraestrutura das Unidades Escolares e pavimentação do entorno para pessoas com deficiência.**
2. **Incentivar a fiscalização da sociedade civil na implementação da LEI Nº 7329 DE 08 DE JULHO DE 2016, e LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) a nível Nacional.**
3. **Criar um Portal da Transparência com dados sobre acesso e acessibilidade nas escolas municipais e estaduais.**
4. **Reivindicar uma maior formação de profissionais para educação inclusiva.**
5. **Valorizar as singularidades e as diversidades dos modos de vida das pessoas com deficiência (PCD's).**

IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, o projeto político pedagógico, nomeado na LDB como proposta ou projeto pedagógico, representa mais do que um documento. É um dos meios de viabilizar a escola democrática e autônoma para todos, com qualidade educacional. Autonomia pressupõe liberdade e capacidade de decidir a partir de regras relacionais. O exercício da autonomia administrativa e pedagógica da escola pode ser traduzido como a capacidade de governar a si mesmo, por meio de normas próprias. O Projeto Político Pedagógico demonstra a postura que a escola terá durante o ano com a comunidade escolar.

O Projeto Pedagógico é um documento que traz unidade em relação a intencionalidade educativa da escola, pois fortalece a identidade da escola, esclarece sua organização, define objetivos para a aprendizagem dos alunos e, principalmente, define como a escola irá trabalhar para atingi-los. Também tem o potencial de ampliar o senso de pertencimento e o

engajamento de toda a comunidade escolar (gestores, professores, demais profissionais da escola, pais, alunos e comunidade) em torno de um projeto educativo comum. Somado a essa introdução, enfrentamos problemas e desastres ambientais da nossa região e planeta. O aumento da temperatura global, ondas de calor, chuvas torrenciais etc.

Hoje podemos apresentar que essas situações, além de causarem problemas nas residências, trabalhos e mobilidade, também estão diretamente relacionadas com a educação do nosso território. A falta de climatização nas salas de aula, dificuldade de acesso causados por alagamento, problemas com energia (quedas e custos) e a falta de alimentação adequada são problemas reais que afetam uma educação de qualidade.

É necessário implementar as pautas de uma Educação Sustentável que visa valorizar a biodiversidade do nosso território, explorar e conhecer a hidrografia, história e geografia do bairro, visando entender a ocupação da humanidade desde os povos indígenas até tornar-se o bairro mais populoso do Brasil.

PROPOSTAS

1. **Desenvolver uma Educação Sustentável.**
2. **Valorizar a Biodiversidade - apresentar através de fotografias e estudos a diversidade de espécies de flora, fauna, fungos e microrganismos presentes na região que já existiram e existem.**
3. **Inserir as Fitofisionomias da Mata Atlântica presente no território - fotografias e mapas localizando as Unidades de Conservação existentes e remanescentes não protegidos pela legislação.**
4. **Inserir a Hidrografia do território - Mapas com os nomes dos córregos e rios da região do passado e do presente.**
5. **Propagar a História e Geografia da região - área urbana, rural, industrial e unidades de conservação municipais, estaduais e federais, e confecção de mapas.**
6. **Difundir a história da ocupação humana a partir dos indígenas tupi-guarani em Guaratiba (encontrados nos sítios sambaquis do Zé do Espinho e Embratel datado de 2.000 anos) até se tornar o bairro mais populoso do Brasil.**
7. **Cobrar a aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08 (Obrigatoriedade do estudo da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena).**
8. **Levantar o Combate ao Etnocídio - indígenas, afro-brasileiro, outras etnias como ciganos, e migrações (intraurbana, pendular, transumância, êxodo rural, êxodo urbano, intrarregional, inter-regional e internacional). E como pode haver implementações de políticas públicas**
9. **Implementar hortas comunitárias para o próprio consumo dos estudantes.**

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

É com base nas diretrizes do Ministério das Cidades que temos a definição do termo “equipamentos públicos”. Estes se referem às infraestruturas destinadas a uma ampla gama de serviços públicos, abrangendo setores como educação, saúde, cultura, assistência social, esportes, lazer, segurança pública, abastecimento, serviços funerários e afins. Tal conceito encontra-se em consonância com os ideais de desenvolvimento sustentável e inclusivo, que visam promover o bem-estar das comunidades locais.

Fonte: Governo Federal - Ministério das Cidades <https://www.gov.br/cidades/pt-br/acao-a-informacao/perguntas-frequentes/desenvolvimento-regional/reabilitacao-de-areas-urbanas/5-o-que-sao-equipamentos>. Acesso em 16.abr.2024

Entrada Principal do IESK
Instituto Educacional Sarah Kubitschek
em Campo Grande

No eixo de educação, lançamos nosso olhar em três projetos educacionais que sofrem problemas cotidianos e são estratégicos para a oferta de programas educacionais em Campo Grande:

PROPOSTAS

1. Instituto de Educação Sarah Kubitschek (IESK)

- Desenvolver um Centro de Formação de Professores Superior (Licenciaturas e Pedagogia) e Pós-Graduação, auxiliando na formação continuada dos estudantes da instituição.
- Melhorar do complexo de escolas do Ensino Médio Regular e Técnico da região (Instituto de Educação Sarah Kubitschek + Centro Interescolar Estadual Miécimo da Silva + Colégio Mário Quintana).
- Criar novos cursos técnicos baseado no mercado de trabalho da região e do estado.
- Aumentar o número de vagas dos cursos técnicos.
- Gerar um Ensino médio noturno regular e com curso técnico integrado para os estudantes que trabalham e estudam.

2. UERJ - Zona Oeste

- Estruturar o novo campus estabelecendo um prazo para a entrega.
- Estabelecer que o UERJ - Zona Oeste dê ênfase nas pesquisas sobre a região de Campo Grande e os bairros da Zona Oeste, proporcionando o desenvolvimento territorial.
- Criar novos cursos na área da tecnologia licenciatura.
- Estabelecer que os moradores do bairro de Campo Grande tenham acesso aos cursos e atividades da UERJ Zona Oeste.

3. Polo CEDERJ

- Melhorar a estrutura do Polo, principalmente para conter os alagamentos em dias de fortes chuvas.
- Buscar parceria com instituições locais (ONG, Institutos e Coletivos), dialogando com as lideranças locais, para fomentar atividades para juventude no território.

EIXO POLÍTICA CULTURAL

É nesse contexto que este eixo se propõe a atuar, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU:

ODS 4 - Educação de qualidade

Uma educação de qualidade não se limita apenas ao ambiente escolar, mas também inclui acesso à educação cultural. Promover uma cultura inclusiva e acessível é essencial para garantir que todos os indivíduos tenham oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento.

ODS 5 - Igualdade de gênero

É importante promover a igualdade de oportunidades e reconhecimento para artistas e produtores culturais de todos os gêneros, bem como garantir a representação equitativa nas expressões culturais.

ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico

Um setor cultural vibrante não apenas enriquece a vida das pessoas, mas também contribui significativamente para o crescimento econômico local. Investir na cultura cria empregos, estimula o empreendedorismo criativo e impulsiona o desenvolvimento sustentável do território.

ODS 10 - Redução das desigualdades

A cultura pode ser uma poderosa ferramenta para reduzir as desigualdades sociais e econômicas. Ao promover a participação e o acesso igualitário a equipamentos e expressões culturais, podemos construir uma sociedade mais coesa e justa, onde todos têm a oportunidade de contribuir e prosperar.

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



5 IGUALDADE DE GÊNERO



8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO



10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES



CENÁRIO ATUAL (DADOS), DESAFIOS, PROPOSTAS

Qual o caminho que a cultura precisa percorrer para atingir todos os cantos no maior bairro da América Latina?

Neste eixo, pretendemos estimular o pensamento crítico de agentes culturais, a partir do entendimento das demandas locais, dos recursos disponíveis e das particularidades que moldam nossa vida cultural. Examinaremos os problemas identificados, discutiremos propostas e, por fim, apresentaremos os resultados de uma pesquisa de mapeamento feita por nós, que se estendeu aos bairros administrativos vizinhos, como Cosmos, Inhoaíba, Senador Vasconcelos e Santíssimo, reconhecendo a interconexão e a interdependência desses territórios. Ao olharmos para Campo Grande, percebemos um microcosmo rico em diversidade cultural, onde a ligação entre as pessoas, suas histórias e suas expressões artísticas são a essência da identidade local.



Mulheres dançam o Maculelê em Celebração Afro na Comunidade Eclesial de Base N Sra. do Monteiro, em Campo Grande.

CENÁRIO ATUAL (ESTRUTURAÇÃO DE DADOS)

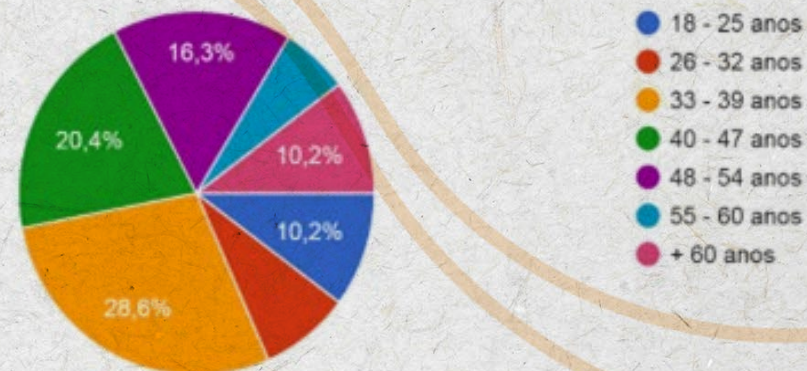
Para entender o impacto da (falta) de políticas públicas do setor na área de Campo Grande, dialogamos com quem faz cultura na ponta. Através do desenvolvimento de um formulário online, realizamos o Mapeamento Cultural - Agenda CG2030 contendo faixa etária, identidade de gênero e racial, área e local de atuação, tempo de atuação, público-alvo, captação de recursos e geração de renda, além de demandas estruturais mencionadas pelos próprios produtores. Ao todo, reunimos 49 produtores/coletivos/instituições que atuam na região.

Entendemos que há um quantitativo bem maior de ações culturais na região, afinal somos o maior bairro do Brasil, mas esbarramos numa das problemáticas que levantamos na própria Agenda: a dificuldade na institucionalização dos projetos desenvolvidos. Por outro lado, este recorte nos possibilitou atingir uma diversidade nas atividades, mostrando toda a riqueza e potencial cultural que existe por aqui.

MAPEAMENTO CULTURAL AGENDA CG2030

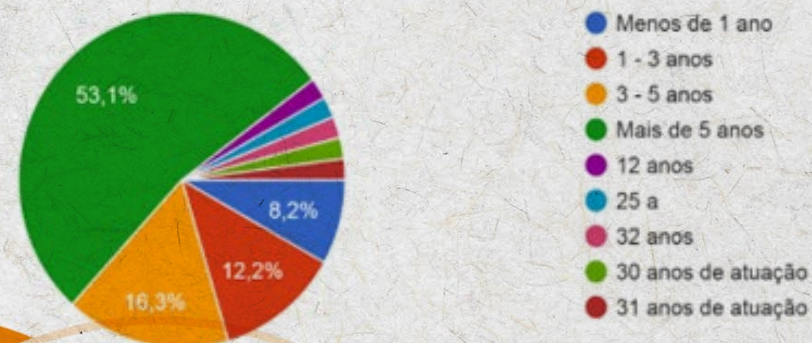
- **Faixa etária:** Nossa pesquisa com os projetos participantes revelou uma pluralidade significativa de produtores, o que explica, em partes, a diversidade cultural existente. O maior quantitativo está nos adultos entre 33 e 39 anos, com 28,6%. Importante ressaltar o saber e experiência dos produtores acima de 55 anos, que somados com produtores acima de 60 anos chegam em 16,3%. São o recorte que está há mais tempo fazendo cultura e são os grandes responsáveis por abrirem as portas e estimular as gerações mais novas para seguirem este caminho. A juventude também se faz presente: 10,2% estão entre 18 e 25 anos.

PERCENTUAL DE IDADE



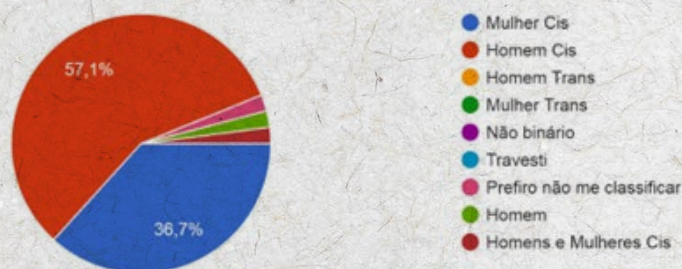
- **Tempo de atuação:** Coletivos com mais de 5 anos de atuação no território somam mais da metade do quantitativo coletivos/instituições participantes, 53,1%. Destaque para projetos com 30 anos ou mais de atuação, estabelecendo uma resistência cultural potente, visto todas as dificuldades que os projetos têm de se manter ao longo do tempo.

PERCENTUAL DE TEMPO DE ATUAÇÃO



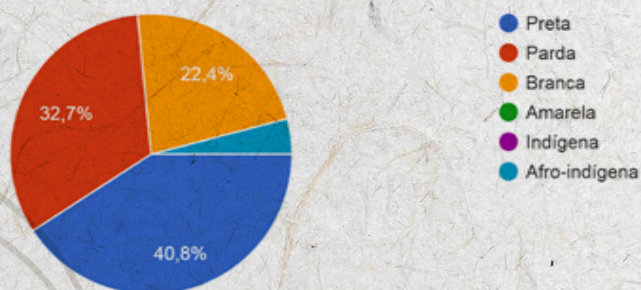
- **Identidade de gênero:** Homens e mulheres cisgênero ainda predominam a lista, somados são 93,8% dos produtores da região. Tais dados geram um debate importante sobre a incidência de pessoas trans nas construções culturais e quais políticas públicas estão sendo desenvolvidas para maior inserção deste segmento da população no bairro.

PERCENTUAL DE IDENTIDADE DE GÊNERO



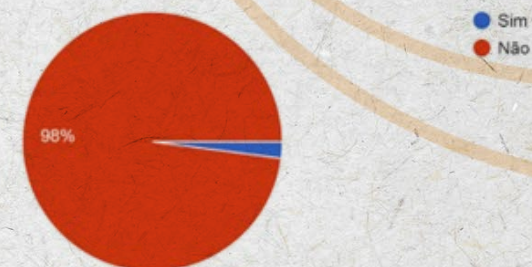
- **Raça/Cor:** Importante ressaltar a representatividade de pessoas pretas e pardas na cultura da região. Pessoas pretas são maioria, com 40,8%, seguidas por pessoas autodeclaradas pardas 32,7%. Isso reflete diretamente o percentual deste recorte racial nos bairros que compõem a Área de Planejamento (AP) 5.2. Pessoas brancas e afro-indígenas também estão presentes, com 22,4% e 4,1%, respectivamente.

PERCENTUAL DE RAÇA/COR



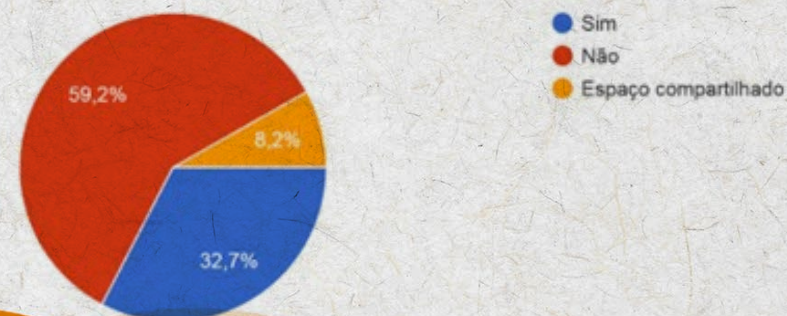
- **Pessoa com deficiência:** É um grupo minoritário, com pouca incidência de produção cultural na região. O que nos leva a pensar quais políticas públicas estão sendo desenvolvidas para estimular maior participação de PCD como proponentes de projetos e como os demais produtores têm possibilitado esta acessibilidade cultural para PCD em seus projetos. Este debate também inclui o que está sendo feito nos equipamentos culturais para esta formação de público.

PERCENTUAL DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA



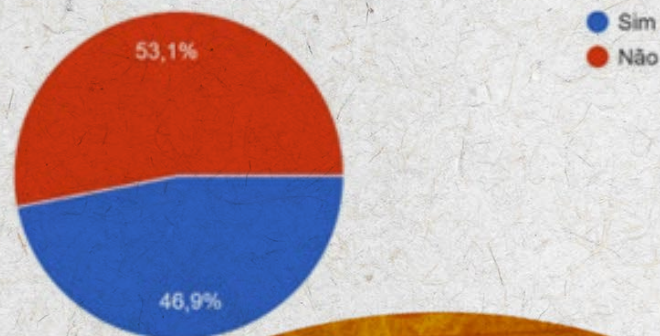
- **Espaço físico:** É de extrema importância para a manutenção e crescimento das atividades, um espaço físico. Ter uma sede estruturada para realização dos projetos ainda é um desafio para produtores culturais. 59,2% não possuem sede, enquanto 32,7% possuem e 8,2% compartilham espaços.

PERCENTUAL DE SEDE INSTITUCIONAL



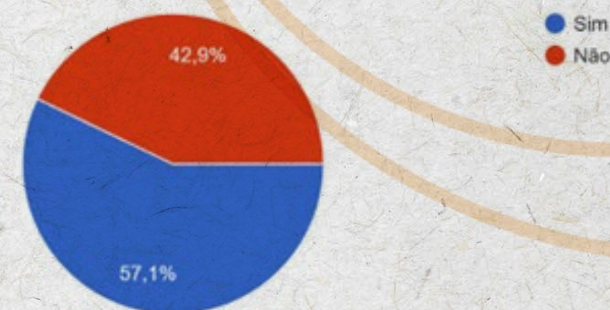
- **Geração de renda:** O setor cultural ainda é um desafio quando pensamos na geração de renda que as atividades desenvolvidas. 53,1% das ações não geram renda, enquanto 46,9% conseguem alguma renda. Isso explica a incidência de mais adultos e menos jovens na criação de projetos, pois muitos possuem suas profissões e tem na cultura uma renda secundária ou nenhuma. Para os jovens, na busca pelo primeiro emprego, o desafio é maior.

PERCENTUAL DE GERAÇÃO DE RENDA



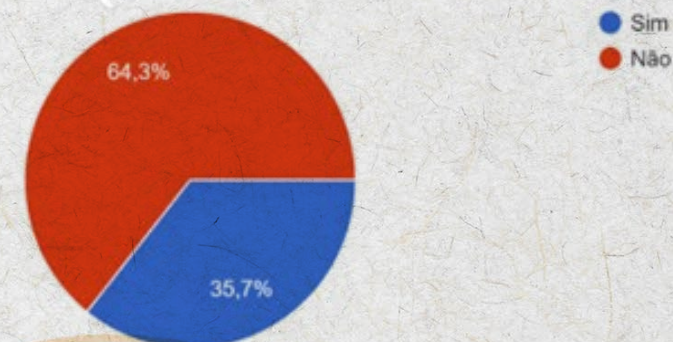
- **Participação em fomentos diretos/indiretos:** Há um longo caminho para se percorrer, quando pensamos na grande quantidade de atividades culturais - muitas delas sendo desenvolvidas por muito tempo, que nunca submeteram um projeto para captação de recursos. 42,9% dos produtores mapeados nunca participou de nenhuma seleção, enquanto 57,1% já participou. Desses 78,6% possuem entre 1 e 3 submissões apenas.

PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO EM FOMENTOS DIRETOS/INDIRETOS



- **Índices de aprovação:** Dentre os produtores que inscrevem seus projetos em políticas de fomento, apenas 35,7% foi contemplada. Em contrapartida, 64,3% ainda sonha com a primeira aprovação. Iniciativas de capacitação de produtores culturais são cruciais para a mudança nesse quadro.

PERCENTUAL DE APROVAÇÃO



PROBLEMAS IDENTIFICADOS (DESAFIOS E PROPOSTAS)

Patrimônio Cultural

Muitos dos patrimônios culturais de Campo Grande, como prédios históricos, sítios arqueológicos ou manifestações culturais tradicionais, não recebem a devida atenção e proteção por parte das autoridades e da comunidade. Isso pode resultar em deterioração, descaracterização ou mesmo destruição desses elementos importantes para a identidade cultural local.

“JÁ PERDEMOS MUITOS PATRIMÔNIOS IMPORTANTES E OUTROS ESTÃO INDO PELO MESMO CAMINHO. AQUI EM CAMPO GRANDE PERDEMOS O PRÉDIO DO COLÉGIO BELISÁRIO DOS SANTOS E A CASA DO BOTÂNICO FREIRE ALEMÃO. O MAIS IMPORTANTE SERIA MOSTRAR PARA COMERCIANTES E MORADORES QUE VALORIZAR O PATRIMÔNIO É REFORÇAR OS LAÇOS DE IDENTIFICAÇÃO E PERTENCIMENTO COM O BAIRRO, O QUE CRIA CONDIÇÕES BEM FAVORÁVEIS PARA REIVINDICAÇÕES DE MELHORIAS LOCAIS.”

André Luís Mansur é jornalista, memorialista e escritor, autor de 19 livros, tendo atuado em veículos importantes da imprensa carioca, como os jornais O Globo, Jornal do Brasil e Tribuna da Imprensa.



PROPOSTAS

Promover a educação patrimonial do território, destacando a importância histórica e cultural dos patrimônios locais, além de incentivar o reconhecimento e preservação dos mesmos.

Equipamentos Públicos Inclusivos e Acessíveis

A falta de espaços culturais públicos acessíveis e inclusivos representa uma barreira significativa para o acesso da população a atividades culturais e artísticas. Isso inclui o déficit de infraestrutura adequada em teatros, cinemas, galerias de arte e centros culturais. Como o maior bairro da América Latina possui apenas um equipamento público gerido pelo Estado (Teatro Arthur Azevedo)?

PROPOSTAS

Ressignificar os espaços já existentes - como exemplo o Centro Esportivo Miécimo da Silva - e investir na readequação de espaços públicos e privados usados para ações culturais, garantindo acessibilidade para todos os públicos. Há um vasto número de praças que podem ser melhor aproveitadas, com estruturas para receberem diferentes linguagens culturais.

Capacitação para Produção Cultural

Muitos artistas, produtores culturais e empreendedores da economia criativa em Campo Grande enfrentam dificuldades na elaboração de projetos, na busca por financiamento ou na compreensão dos trâmites legais necessários para realizar suas atividades. Isso pode limitar o desenvolvimento e a viabilidade de iniciativas culturais locais, onde por vezes, esses mesmos agentes culturais precisam administrar seus próprios projetos e/ou negócios de impacto.

PROPOSTAS

Ofertar a formação profissional para produtores culturais, com foco específico em habilidades de escrita, aspectos institucionais, empreendedorismo criativo, captação de recursos e prestação de contas. Sobretudo, com estratégias direcionadas para atender às necessidades e aspirações da população negra, indígena, quilombola e LGBTQIA+, promovendo assim a igualdade de oportunidades no setor cultural.

Visibilidade Cultural do Território

Devido à localização periférica em relação ao centro da cidade do Rio de Janeiro, Campo Grande muitas vezes não recebe o destaque merecido nos veículos de comunicação e na indústria cultural em geral. Isso resulta em uma falta de reconhecimento e valorização de sua rica diversidade cultural e das contribuições significativas que o bairro oferece para o cenário cultural do Rio de Janeiro.

PROPOSTAS

Cobrar que a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) e outros órgãos governamentais implementem estratégias proativas para promover e destacar a cultura de Campo Grande nos canais de comunicação de grande alcance. Nesse sentido, se faz vital estabelecer parcerias com veículos de comunicação locais, como as rádios comunitárias, jornais e blogs culturais do território, para aumentar a cobertura e visibilidade das atividades.

Diálogo entre Artistas X Produtores X Instituições Culturais

A falta de espaços físicos para encontros, colaboração e compartilhamento de recursos entre os diferentes agentes culturais pode dificultar a cooperação e o desenvolvimento de projetos culturais colaborativos. Mesmo estando no mesmo bairro, por vezes, essas iniciativas não se conhecem ou não conseguem estabelecer vínculos de parceria, resultando em um impacto menos expressivo das iniciativas culturais locais.

PROPOSTAS

Investir na promoção de fóruns, associações culturais e criação de um calendário cultural do território, facilitando a conexão e a colaboração entre os agentes locais.

Repasses de Fomentos Diretos e Indiretos

É nítida a falta de transparência e acesso a informações sobre os recursos financeiros destinados à cultura em Campo Grande. Sem acesso a dados claros e precisos sobre esses repasses, não se consegue avaliar adequadamente como esses recursos estão sendo utilizados e se estão sendo direcionados de maneira eficaz para promover o desenvolvimento cultural do território. Isso pode resultar em uma alocação inadequada de recursos e em uma falta de prestação de contas à comunidade.

PROPOSTAS

Criar de um Observatório de Transparência de Dados de repasses dos fomentos, garantindo a prestação de contas e a transparência nas políticas culturais realizadas do território, fornecendo informações claras, atualizadas e acessíveis sobre os recursos. O conhecimento desses números por parte dos agentes culturais, permite maior compreensão do cenário e embasa a busca por parcerias empresariais do próprio bairro (como o Distrito Industrial de Campo Grande, por exemplo) e a reivindicação de editais específicos para as Áreas de Planejamento menos atendidas, na busca pela equidade da distribuição dos recursos.

Cultura e Desenvolvimento Social

A falta de diálogo e cooperação entre os setores culturais e sociais resulta em uma subutilização dos recursos disponíveis e na perda de oportunidades para abordar questões importantes, como saúde, assistência, educação e entre outros, de maneira criativa e eficaz. A ausência de integração entre os setores pode limitar a capacidade de implementação de programas e potencializar o impacto das políticas sociais e culturais. Além disso, dificulta a criação de soluções inovadoras e adaptadas às necessidades específicas da comunidade, especialmente aquelas que utilizam estratégias culturais para alcançar as pessoas do território.

PROPOSTAS

Criar espaços de diálogo e cooperação entre as instituições e organizações desses setores. É muito importante incentivar a formação de parcerias e projetos conjuntos que abordam questões sociais e culturais de forma integrada. Além de investir em capacitação e sensibilização sobre a importância da colaboração entre os setores.

Outros pontos importantes a serem ressaltados é que o bairro possui uma educação precária, a saúde e os postos de trabalho foram reduzidos (Censo 2022, IBGE; ACICG, 2024), criando uma dinâmica em que os moradores preferem procurar empregos na Zona Central pelos valores e benefícios oferecidos.

O tema da mobilidade urbana no bairro dialoga com o ODS 3 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU, o qual foca em “Saúde e Bem-Estar”, visando garantir uma vida saudável para todos. Ele aborda várias áreas da saúde, como a redução da mortalidade infantil e materna, combate a doenças como HIV/AIDS, malária e tuberculose, e promoção do bem-estar mental que podemos entender de grande relevância dentro dos transportes públicos de massa. Busca-se o acesso universal aos serviços de saúde.

Uma abordagem integrada envolvendo governos, organizações internacionais, setor privado e sociedade civil é necessária, com investimentos em infraestrutura, educação em saúde e pesquisa médica.

OBJETIVOS DO ODS 3 DA AGENDA 2030 DA ONU.

3 SAÚDE E BEM-ESTAR

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades



Fonte: Nações Unidas no Brasil, <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>, acesso em 16.abr.2024

Outro ODS afetado pela mobilidade urbana na Agenda CG 2030 é o ODS 11, da Agenda 2030 da ONU, que focaliza em “Cidades e Comunidades Sustentáveis”, visando tornar os assentamentos humanos mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Para alcançá-lo, é necessário abordar várias áreas, como planejamento urbano, transporte público seguro, habitação adequada e proteção do meio ambiente. Promover o desenvolvimento urbano sustentável é essencial, considerando questões ambientais, sociais e econômicas, e garantindo acesso equitativo a serviços básicos.

A inclusão social e econômica é destacada, assegurando que todos possam participar plenamente da vida urbana. O progresso é monitorado por indicadores como acesso ao transporte público e qualidade dos espaços públicos.

OBJETIVOS DO ODS 11 DA AGENDA 2030 DA ONU.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

11

Cidades e comunidades sustentáveis

Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis



Fonte: Nações Unidas no Brasil, <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>, acesso em 16.abr.2024

E, por último, o ODS 13, “Ação contra a Mudança Global do Clima”, da Agenda 2030 da ONU, busca medidas urgentes para combater a mudança climática. Isso envolve fortalecer a resiliência dos países aos impactos climáticos, reduzir emissões de gases de efeito estufa, promover energia renovável e conscientização sobre o tema. O objetivo também destaca a importância de ajudar países em desenvolvimento a lidar com esses desafios, oferecendo assistência técnica, financiamento e transferência de tecnologia. Em suma, o ODS 13 busca estabelecer parcerias e meios eficazes para enfrentar a mudança climática, reconhecendo-a como um desafio global que exige colaboração em todos os níveis, inclusive na mobilidade urbana.

OBJETIVOS DO ODS 3 DA AGENDA 2030 DA ONU.



Fonte: Nações Unidas no Brasil, <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>, acesso em 16abr.2024

A pauta da mobilidade e da segurança marcam fortemente a vida dos moradores do bairro. Em outubro de 2023, o bairro em questão passou por grande caso de violência onde mais de 35 ônibus foram queimados, impactando diretamente a vida não só dos moradores, mas também da população de bairros e municípios vizinhos.

Além das questões de raça, economia, gênero e clima, a nossa Agenda CG 2030 destaca a mobilidade e a segurança territorial como um ponto de intersecção dos debates para a construção de políticas públicas que têm afetado a forma de viver e se relacionar das pessoas em nosso bairro, com a crescente demanda de pessoas residindo no mesmo, que soma um total de 600,4 mil habitantes do Censo IBGE 2022, com os dados preliminares obtidos e com as análises realizadas.

Com a falta de planejamento urbano nas últimas décadas e com a explosão demográfica e imobiliária do bairro nos últimos tempos, temos como consequências o caos na mobilidade urbana como a falta de transporte público e a falta de trens em horários de pico e nos finais de semana. Outro ponto abordado na Agenda CG 2030 é a participação dos coletivos e dos moradores em si na construção do Plano Diretor já vigente no município do Rio de Janeiro, que por um decreto está cancelado a produção de MCMV (Minha Casa Minha Vida) na AP5 (Área de Planejamento 5), onde o bairro se compõe.

1. GARGALOS E OBSTÁCULOS PARA O BEM-ESTAR, IR E VIR

Com o crescimento exponencial de Campo Grande, podemos ver nas duas Rodoviárias que fazem parte do bairro, uma na Rua Campo Grande e outra na Rua Iaçú, o sumiço das linhas de ônibus importantes que levavam e/ou transportavam os moradores até outras regiões como a Zona Norte e a Zona Central. É perceptível ir a essas duas “Rodoviárias” e não ver nenhum ônibus e retratar que os transportes alternativos, como as vans viraram a solução para os problemas do bairro.

Além dos aplicativos, onde a maioria das pessoas que se transporta com o modal dos trens urbanos acaba por utilizar para chegar até suas casas, às vezes dividindo a corrida com pessoas que moram próximas e acabando por ter o preço da passagem nesta divisão. Outro ponto importante é a crescente dos aplicativos de entrega (como o Ifood na região). Podemos ver por todos os lados os motoboys circulando para deixar suas entregas.

A insegurança no trânsito também é um eixo importante a ser falado já que temos a nova obra doanel viário ocorrendo no bairro e o trânsito que essa obra traz à região de destaque, deixando a Rua Rio do “A” parada em momentos de pico (entre 10:00h e 12:00h e entre as 16:00h e 19:00h), devido a uma nova rota em que os carros precisam seguir como norma da CET-RIO.

Outro ponto importante a ser falado é que nos finais de semana o trânsito intenso na região também ocorre, com a ida das pessoas residentes do bairro que não tem acesso ao lazer e a cultura, acabam por achar o Park Shopping Campo Grande um meio a diversão dentro do bairro, além de o bairro ser famoso por ter dois lados, o Lado A de Campo grande, onde se encontra o West Shopping, empreendimento mais antigo do bairro no que diz respeito ao ramo de Shopping Centers e o Lado B onde se encontra o Park Shopping Campo Grande e uma mudança de paisagem nesse território ocasionado pelas pessoas de alto padrão aquisitivo, que começaram a habitar o local e demandar obras de infraestrutura ou ter essas obras em seus condomínios, vivendo “a la Barra da Tijuca” sem precisar sair dos mesmos por terem todos os tipos de entretenimento possíveis.

O ANEL VIÁRIO DE CAMPO GRANDE

A solução apresentada pela Prefeitura do Rio de Janeiro para os problemas de mobilidade urbana, gerados principalmente pelo crescimento exponencial do bairro sem a devida contrapartida em infraestrutura, foi a implantação de um anel viário que visa aliviar o trânsito nas vias centrais de Campo Grande.

A crítica ao modelo proposto se deu pela falta de abertura e de discussão das autoridades com a comunidade local. Estudiosos do tema na região informam que este plano está atrasado 20 anos e foi implantado nos mesmos moldes do início do século, momento em que o bairro ainda não havia consolidado a explosão demográfica assistida nos dias de hoje.

Outro fator que desagradou moradores e coletivos socioambientais da região foi a falta de diálogo. A prefeitura e seus órgãos impuseram as obras através de audiências públicas loteadas por cabos eleitorais de políticos aliados do governo, em horários e locais indevidos, como por exemplo uma audiência pública convocada em pleno carnaval com data na 5ª feira pós-carnaval de 2023.

As propostas poderiam girar no entorno de muitas questões que foram abordadas durante o texto, como o trânsito frequente, a mudança de rota ocasionada pelas obras do anel viário e do mergulhão de Campo Grande e conseguimos chegar a um denominador comum devido a diversas reuniões para a construção da Agenda CG 2030 como a Integração dos modais e novos ônibus que antes atendiam a regiões mais pobres do bairro.

Seguindo a análise urbana do bairro e sua morfologia, a implementação de uma linha de metrô no bairro já que a promessa do atual prefeito era a de levar o metrô até o Recreio dos Bandeirantes, e seguimos com o seguinte questionamento: Porque Campo Grande, um dos maiores bairros do Rio de Janeiro não pode ter uma linha de metrô subterrânea já que, ao falar em urbanismo, obras de perfuração estão sendo realizadas para a criação de um mergulhão?

A ideia da implantação de sistemas de VLT dentro do eixo do bairro parece uma ideia válida, Porém carece de estudos mais aprofundados. Partindo do pressuposto de que, com a criação do anel viário e com as vias estreitas nos arredores do centro de Campo Grande, para transformar as pessoas em usuárias do sistema, a prefeitura teria que desapropriar um importante contingente de pessoas para essa obra. Com o crescimento populacional se impõe a pergunta: É isso que queremos? Pessoas removidas em prol de obras de mobilidade urbana que nem sempre resolvem em definitivo os problemas do bairro?

2. O QUE QUEREMOS:

PRIORIDADE: IMPLEMENTAR A TARIFA ZERO NO TRANSPORTE METROPOLITANO.

Estamos, junto com a Casa Fluminense e demais coletivos e movimentos que constroem as diversas agendas locais ao redor da metrópole do Rio de Janeiro, colocando como pauta prioritária para a política urbana a TARIFA ZERO nos transportes públicos, incluindo: Trens, ônibus, barcas e metrô e serviços como BRT e VLT.

O povo da Zona Oeste, periferias, Baixada e municípios vizinhos estuda, trabalha e busca soluções de saúde, cultura e lazer principalmente nos centros urbanos como Campo Grande, Centro do Rio e tantos outros centros de periferia.

Precisamos de transporte acessível e de qualidade para todos.

PROPOSTAS

1. Aumentar a frota de Ônibus Urbano:

Retorno imediato das linhas de ônibus que atendiam os diversos sub-bairros e bairros da AP5, principalmente na Região de Campo Grande na quantidade e frequência adequadas às necessidades da população local. Linhas como 398 (Campo Grande – Largo de São Francisco); S14 (Campo Grande – Centro, expresso pela linha seletiva); S11 (Cosmos – Praça XV); Além das linhas internas dos bairros como 833 (Campo Grande – Mangariba); 815 (Circular Bangu – Campo Grande, via Manoel Caldeira de Alvarenga e Estrada da Caroba). Essa linha era chamada a linha dos estudantes pois cobria a região da FEUC e passava próximo ao IESK; 831 e 832 (Campo Grande – Corcundinha); 842 (Campo Grande – Cosmos); 839 (Campo Grande – Santa Cruz); 850 (Campo Grande – Mendanha). Estas linhas de ônibus foram sucateadas e substituídas ao longo do tempo pelo transporte alternativo. Linhas de VANs controladas pelas milícias e que não têm controle público sobre as passagens, a frequência e os itinerários. Tendo como resultado a falta de cobertura nos horários da madrugada e escassez nos horários de pico; insegurança e desrespeito às leis de trânsito e atenção a pessoas com deficiência, idosos, crianças e trabalhadores pelo não cumprimento de cotas de gratuidade. Além dos riscos pela falta de manutenção e de controle social dos subempregados como motoristas e trocadores, causando acidentes de trânsito e ocorrências de violência e agressões entre o público e os trabalhadores.

Este trabalho foi feito por muitas mãos!

Queremos agradecer aos mais de 200 inscritos no Curso de Políticas Públicas CG 2030 que continuaram acompanhando o nosso projeto, aos 50 alunos que foram selecionados e contribuíram na construção dos debates e aos que fizeram parte dos 4 grupos de trabalho (Justiça Climática, Educação Popular, Política Cultural, Mobilidade Urbana) para o nascimento da Agenda Campo Grande 2030.

Nosso curso também teve o apoio dos professores e professoras que vieram de regiões periféricas da cidade do Rio de Janeiro para abordar temas diversos. Os debates e presenças foram essenciais para nossa escrita:

Aula Inaugural

Campo Grande no centro da história:
Resgate da memória do maior bairro da cidade.
André Luis Mansur

Mobilidade Urbana

O direito de ir e vir: As alternativas de mobilidade para a zona oeste carioca.
Cristiene Ribeiro, Gelson Henrique e Rafaela Albergaria

Educação Popular

Educação para transformar:
A diversidade das metodologias de educação em campo grande.
Aira Nascimento, Jorge Augusto e Taís Espírito Santo

Justiça Climática

Desafios para a manutenção da área verde no maior bairro da cidade.
Gabriel Stive, Tainá de Paula e Marcele Oliveira

Política Cultural

Política pública para os produtores periféricos.
Ives Pierini, Luiz Fernando Pinto e Micah

Queremos saudar também a nossa querida Casa Flu, a Casa Fluminense, pelo apoio e acolhimento. Agradecemos a construção coletiva e a escuta afetiva dos territórios e coletivos marginalizados pelo poder público, mas com o potencial enorme para fazer a diferença na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Queremos agradecer por último, mas não menos importante, o Casarão Agroecológico de Campo Grande que abriu as portas para as nossas principais reuniões. Esperamos que as autoridades de fato reconheçam a importância desse espaço para as pautas socioambientais do maior bairro do Brasil.

Gratidão, galera!

Taís Espírito Santo
Projeto "Contando Ashanti"
EDI Rubens Alves



ISBN: 978-65-997879-6-6



TCD

Fórum Socioambiental
da Zona Oeste



INSTITUTO PERIFÉRICO
Waldir Onofre

CASA

FLUMINENSE